

# A SOCIEDADE DE CORTE

2ª edição

1995

EDITORIAL ESTAMPA

A corte régia do antigo regime não levanta menos problemas ai sociólogos que outras formações sociais, tais como a sociedade feudal ou a sociedade urbana, que já foram objecto de estudos sociológicos aprofundados. As cortes dos príncipes incluíam centenas, por vezes milhares, de servidores, de conselheiros, de «privados» dos reis que julgavam que governavam o seu país como senhores absolutos e d vontade dos quais dependiam, em certa medida, e dentro de certos limites, o destino, a posição social, a subsistência, a ascensão ou a queda de todos estes homens. Estavam ligados uns aos outros por estranhas obrigações de que beneficiavam ou eram vítimas. Estavam ligados por uma ordem hierárquica mais ou menos rígida e por uma etiqueta minuciosa. A necessidade de se imporem e de se manterem no seio dessa formação social dava-lhes um carácter particular, o de *corte*. Qual era a estrutura do contexto social no seio do qual pôde surgir esta formação? Em consequência de que partilha de oportunidades de poder, de que necessidades criadas artificialmente pela configuração da sociedade, de que relações de dependência, puderam homens e mulheres reunir-se, durante gerações sucessivas, sob o signo dessa formação social da corte, da *societade de corte*? Quais as condições que decorriam da estrutura da sociedade de corte para com aqueles que nela desejavam triunfar ou simplesmente manter-se? Eis muito sumariamente os problemas que a instituição social da corte e da sociedade de corte durante o antigo regime põem ao sociólogo.

Não era decerto uma escolha livre que reunia os homens de corte, que cimentava a sua união, que aglutinava, depois dos pais e das mães, os filhos e as filhas sob o signo da corte. Não foi certamente também a ideia genial de um indivíduo isolado, um rei, por exemplo, que deu origem a um grupo assim estruturado. A partir do Renascimento, a importância da corte foi sempre aumentando em todos os países da Europa e, se é verdade que a *organização* das cortes europeias dos séculos XVII e XVIII se inspirou basicamente na da corte

## ESTRUTURAS E SIGNIFICADO DO HABITAT

O que se entende por «corte» do antigo regime é, em primeiro lugar, a casa de habitação dos reis de França, de suas famílias, de todas as pessoas que, de perto ou de longe, dela fazem parte. As despesas da corte, da imensa «casa» dos reis, são consignadas no registo das despesas do reino da França sob a rubrica significativa de «Casas Reais»<sup>(1)</sup>. Importa tomar imediatamente consciência deste facto para melhor se poder apreender a linha evolutiva que conduz ao alargamento da casa real a que chamamos «corte». A «corte» do antigo regime é um derivado altamente especializado de uma forma de governo patriarcal cujo germe «se situa na autoridade de um senhor no seio de uma comunidade doméstica»<sup>(2)</sup>.

A autoridade dos reis enquanto senhores da sua corte tem o seu correspondente no carácter *patrimonial* do Estado absolutista cujo órgão central é a «casa do rei» no sentido amplo do termo, ou seja, a «corte».

«... Quando o Príncipe organiza o seu poder político — escreve Max Weber<sup>(3)</sup> — ... segundo os mesmos princípios do exercício do seu poder doméstico, falamos de uma estrutura patrimonial do Estado. A maioria dos grandes impérios continentais conservou até ao li-  
miar dos tempos modernos e mesmo até depois o seu carácter patrimonial.

A administração patrimonial visa inicialmente a satisfação de necessidades puramente pessoais, em grande parte de ordem privada, da família do chefe da casa. A conquista de um senhor sobre as outras pessoas não submetidas ao seu poder doméstico, traduz-se pela junção ao poder doméstico de novas relações de domínio que se dis-

(1) B. Forbonnais, *Recherches et considérations sur les finances de la France*, 6 vols., Liège, 1758, onde figuram muitos destes levantamentos.

(2) Max Weber, *Wirtschaft und Gesellschaft*, p. 679.

(3) Max Weber, *id.*, p. 684.

tinguem, de um ponto de vista sociológico, quanto ao grau e quanto ao conteúdo, mas não quanto à sua estrutura.»

É neste sentido que é possível definir, de início, a corte como o «órgão representativo» das estruturas sociais de antigo regime. O rei domina o país por um processo que é a extensão da autoridade do príncipe sobre a sua casa e a sua corte. Luís XIV, ponto culminante e de viragem desta evolução, não tinha outra ambição que não a de organizar o país como uma propriedade pessoal, como uma extensão da sua corte. Para se poder compreender bem o sentido deste projecto, é preciso ter presente que a corte era para Luís XIV — certamente muito mais que para os reis que tinham combatido pessoalmente à frente dos exércitos contra o inimigo — o seu campo principal de actividade e o essencial, ocupando o país, no seu espírito, um lugar secundário onde a sua acção se exercia através de intermédios.

Tudo o que provinha dessa sua «propriedade alargada» só chegava ao rei depois de passar pelo «filtro» da corte; e nada podia emanar do rei para o país sem passar por esse mesmo filtro. Mesmo o mais autoritário dos reis só podia agir sobre o país servindo-se de homens que viviam na corte. Assim, a corte e a vida de corte estavam na origem de todas as experiências, na origem da ideia que os reis absolutistas do antigo regime tinham dos homens e do mundo. Por este motivo, uma sociologia de corte é necessariamente uma sociologia da realeza.

Escusado será dizer que este campo de acção por excelência dos reis, a corte, não podia escapar às consequências do alargamento progressivo e da extensão cada vez maior do domínio sobre que se exercia a autoridade régia. No termo desta evolução, a obrigação em que encontrava o «chefe da casa real» de governar, através da sua corte, o país imenso teve como efeito inevitável, por rícochete, a transformação dessa mesma corte, da «Casa do Rei». O produto mais visível dessa interacção entre a grandeza do reino e a grandeza da corte régia foi o palácio de Versalhes, a corte de Versalhes, na qual todos os actos do rei, mesmo os mais «privados», tinham o carácter cerimonial de acções de Estado, tal como qualquer acção de Estado nele revestia o carácter de uma realização pessoal do rei.

Nem todas as formas e unidades de integração social são ao mesmo tempo unidades de habitat e de residência. Mas todas se podem reconhecer por determinados tipos de organização no espaço. Todas são *unidades de seres humanos* que mantêm relações entre si, ligados uns aos outros por uma rede de interdependências. Se é certo que o género ou tipo destas relações se não pode exprimir de forma essencial e exaustiva em categorias espaciais, estas têm sempre *também* um significado preciso. A todas as reuniões de seres humanos correspondem de uma certa organização do espaço que lhes permite organizarem-se na totalidade ou por unidades parcelares. Por este motivo, o reflexo

de uma sociedade no espaço, o tipo de organização espacial que adopta, representa de uma maneira concreta, no sentido mais rigoroso do termo, as suas características particulares. Encarada neste ângulo, a habitação dos homens de corte dá-nos uma visão segura e clara de algumas das relações sociais características da sociedade de corte.

É de salientar, antes de mais, uma particularidade curiosa da forma como os homens de corte resolvem os seus problemas da habitação: a grande maioria tinha um apartamento na «casa do rei», ou seja, no palácio de Versalhes, e um *hôtel*(\*) em Paris. Podemos de momento abstrair as casas de campo que teriam noutras regiões.

Não é possível compreender a função do palácio de Versalhes, residência da corte régia, da nobreza francesa e do rei, se o encararmos como uma unidade isolada. O palácio de Versalhes simboliza de certo modo o cume de uma sociedade hierarquizada mesmo nas suas mais insignificantes manifestações. É preciso debruçarmo-nos sobre a vida da nobreza no seu *habitat* para compreender de que modo o rei vivia e habitava e reunia à sua volta os grandes do reino. Com efeito, são os palácios urbanos dos nobres que nos revelam de forma razoavelmente clara e simples as necessidades sociologicamente significativas dessa sociedade em matéria de habitação. A habitação dos grandes senhores — multiplicada, proliferante, complicada pelas funções governamentais e de representação dos reis — determina também a forma do palácio real, habitáculo dessa sociedade no seu conjunto.

A residência da nobreza de corte do antigo regime chamava-se, consoante a posição social do seu proprietário, *hôtel* ou «palácio». A *Enciclopédia* (4) reproduz a planta de um *hôtel* (5). A explicação da planta e os artigos que com ela se relacionam completam a ideia que a planta nos permite formar sobre as funções atribuídas aos diversos locais e corpos do edifício. Que conclusão pode o sociólogo tirar?

(4) Aqui, como noutros casos, citaremos sempre a edição de 1777, publicada em Genebra, da *Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences*, de Diderot e d'Alembert.

(5) *Encyclopédie, Rec. de Planches*, tomo II, secção 'Arquitectura', gravura 23. O plano reproduzido é de Blondel, arquiteto régio. É evidente que nem todos os *hôtels* do século XVIII têm exactamente esta planta; mas pode ser-nos de grande utilidade o estudo desta planta, considerada na época como um verdadeiro modelo do género; de facto, mostra-nos como um arquiteto experiente encarava a resolução dos problemas postos pela casa de habitação da nobreza.

(\*) Existem em francês expressões diferentes para referir a casa do rei e dos príncipes — «palais» (palácios) — e residência urbana da alta nobreza, os *hôtels*. Como a tradução de ambas as expressões para português, ou seja, para «palácios», prejudicaria a leitura do texto, mantivemos a expressão francesa *hôtel* todas as vezes que ela surge. Existem também em francês várias expressões para designar a residência rural da nobreza; traduzimo-las sempre pela palavra portuguesa «solar». (N. T.)

Estamos na presença de uma construção em que os diferentes corpos se agrupam em torno de um grande pátio rectangular. Um dos lados menores deste pátio é limitado do lado da rua por uma colunata, no meio da qual um «pórtico» dá entrada aos visitantes e aos coches. A colunata prolonga-se, à esquerda e à direita, com duas alas principais, até ao edifício central, o que permite o acesso a este sem inconveniente, em tempo de chuva ou de excessivo calor. Este edifício central, por detrás e ao lado do qual se estende um amplo jardim, inclui os salões e salas de recepção; as alas seguintes destinam-se aos «apartamentos privados». Por detrás destes estendem-se, separados por uma ampla galeria ou pelas salas de banho e gabinetes de *toilette*, à esquerda e à direita, dois pequenos jardins de lazer. Na zona das alas que se situam do lado da rua estão instaladas as cavalariças, as cozinhas, as instalações dos criados e as despensas. Agrupam-se em torno de dois pequenos pátios chamados *basse-cours* (\*), separados dos jardins de lazer que se estendem em frente das janelas dos «apartamentos privados» por outras construções. Era nestes pátios de serviço, onde se fazia uma parte do trabalho de cozinha, onde se guardavam as carruagens dos visitantes depois destes se terem apeado no pátio de entrada, que se desenrolava a vida dos criados domésticos.

Torna-se evidente que os cortesãos criaram, com estes *hôtels*, um tipo de residência urbana bastante específico. Trata-se sem dúvida de casas cidadinas, mas pressente-se que o seu modelo deriva da antiga *gentilhommière* (\*\*). O pátio rural mantém-se mas tornou-se um simples local de acesso de coches, um espaço «representativo». Permanecem as cavalariças, os cómodos, as casas dos criados, mas fazem correr com o edifício central. O jardim substitui o campo.

As reminiscências campestres do *hôtel* têm o valor de um sintoma<sup>(6)</sup>. É certo que o cortesão é um cidadão, que a vida urbana nele deixou as suas marcas. Mas as suas ligações com a cidade são muito menos profundas que as da burguesia que nela exerce uma actividade profissional. A maioria dos cortesãos é proprietária de uma ou mais residências no campo. É delas que, regra geral, retira o seu apelido, grande parte dos seus rendimentos, é para elas que, por vezes, se retira.

A sociedade de que fazem parte é a mesma, mesmo que seja outro o local onde residem. Ora vivem em Paris, ora se juntam ao rei em Versalhes, em Marly ou em qualquer outro palácio, ora passam algum tempo num dos seus solares, ora se instalam no «solar» de um amigo. Esta situação curiosa, a ligação inquebrantável à sociedade a

(6) Cf. Jombert, *Architecture Moderne*, Paris, 1728, p. 43 e ss.

(\*) Esta expressão será a partir de agora traduzida no texto por «pátios de serviço», (N. T.)

(\*\*) Residência rural de um fidalgo. (N. T.)

que pertencem — a sua verdadeira patria — e as frequentes mudanças de residência marcam também o carácter das suas habitações. A estrutura destas (que analisaremos mais adiante) atesta os laços estreitos que unem os cortesãos à sociedade de corte. Nada indica uma ligação funcional entre elas e a cidade senão o desejo de reunir todas as funções num só complexo. Seria possível transferir estas casas para o campo sem lhes fazer grandes alterações. O seu proprietário só pertence ao tecido urbano enquanto consumidor, se abstrairmos a sua inserção na sociedade de corte parisiense. Se fosse possível encontrar no campo um número de criados suficiente, todas as necessidades de consumo dos grandes senhores se poderiam satisfazer igualmente bem no campo. A influência da cidade só transparece no refinamento das necessidades de consumo, naquilo a que se chama o «luxo» dessa sociedade.

Para poderem mudar constantemente de residência e de local de estadia, os grandes senhores e as grandes damas precisavam de um verdadeiro exército de criados. A condição *sine qua non* da sua mobilidade relativa era a possibilidade de dispor de pessoal numeroso, do intendente e do *maître-d'hôtel* encarregados da administração das finanças, da manutenção e do conforto da casa, da fiscalização do pessoal, desde os criados e os cocheiros aos lacaios que tratavam dos transportes. Assim, os homens de corte estavam sempre disponíveis para as tarefas, eventualmente muito difíceis, que lhes acarretava a vida na corte, por vezes itinerante.

Os cortesãos não têm o hábito de falar muito dos inúmeros braços que os servem: os criados vivem, por assim dizer, nos bastidores, por detrás do cenário onde se representa a peça. Assim, não nos deteremos a falar muito deles. Mas ao examinar a habitação da nobreza de corte, somos levados a deitar também um breve olhar sobre os bastidores.

Quando se examina a vida e a actividade que se centra nos dois pátios de serviço<sup>(7)</sup>, fica-se impressionado não só com a abundância de pessoal como com a variedade de tarefas de que é incumbido e que são típicas das exigências e dos gostos, tanto como das necessidades culturais, desta sociedade. Assim, encontramos em primeiro lugar o *maître d'hôtel*, que é responsável pelo pessoal e anuncia aos

(7) «Pátio de serviço... assim se chama numa construção urbana a um pátio separado do pátio principal, em torno do qual se erguem os edifícios destinados às mudas de cavalos, às cocheiras, onde se situam as cozinhas, oficinas, comuns, etc. Os pátios de serviço devem ter saídas para a parte exterior, para que o serviço se possa fazer com comodidade, e sem ser visto das janelas dos senhores e do pátio principal» (os sublinhados são nossos). *Étichelapétic*, art. «*Le seccour*». Enquanto que em todas as camadas sociais em que a dona de casa também exerce simultaneamente as funções domésticas e em que os donos querem ser eles próprios, de uma forma mais ou menos directa, a vigiar o pessoal, as oficinas e locais de serviço estão situados por forma a facilitar o seu controle, nota-se aqui uma separação relativamente rigorosa entre zonas de serviço, designadamente as cozinhas, e os apartamentos dos senhores, separação

seus senhores que a refeição está servida. No *hótel* de um grande senhor encontramos — para só citar alguns elementos particularmente característicos — uma «grande cozinha» e uma despensa onde se guarda a carne e sobretudo as aves de capoeira, difíceis de conservar em bom estado<sup>(8)</sup>. Existe uma «oficina» com fornos e utensílios onde se confeccionam compotas, doces e pastelaria fina; a «oficina» é administrada por um «chefe de oficina» que não se deve confundir com o «chefe de cozinha»; outro forno, mais quente, serve para cozer biscoitos e bolos secos; na «oficina» está instalado um «laboratório de oficina» onde se faz gelo e, para citar a *Enciclopédia*,<sup>(9)</sup> «outras obras que dão humidade às precedentes». Existe ainda outro compartimento, que se pode fechar à chave, o *office paré* onde se guarda a baixela de prata, sob a vigilância de um oficial a quem cabe também a incumbência de pôr a mesa. É aqui que o mestre-de-cerimónias toma por vezes o almoço com os amigos.

Outros pontos de vista que vamos expor mais adiante incitam-nos a referir mais pormenorizadamente as tarefas extremamente diferenciadas que se relacionam com aquilo a que, na época, se chamava o «serviço de boca», ou seja, a alimentação sólida e líquida. Se é verdade que a casa de um grande senhor só comportava um ou dois compartimentos destinados a esse fim, na Casa Real era-lhe destinado um apartamento inteiro. Assim, a administração de uma secção da «boca do rei» como, por exemplo, a «frutaria», onde todas as espécies de frutos eram preparados para servir à mesa, ou a «garrafeira», ou a «padaria» onde o vinho e o pão eram armazenados, guardados e distribuídos, eram cargos de corte muito apetecidos e bem remunerados. Como se vê, quase tudo o que encontramos em grande escala em casa do rei, se encontra em pequena escala na casa do grande senhor. Um pequeno compartimento junto à entrada, de um dos lados, as cavalariças e depósitos de arreios, do outro, formavam as «casas dos suíços». Podemos supor que nem todos os nobres tratavam verdadeiros suíços para lhes guardarem a casa. Normalmente, tratava-se de simples lacaios a quem se distribuíam uniformes sui-

que mostra que estes não estão interessados em tomar contacto com o que se passa nos bastidores. A dama de corte não é uma dona de casa! O afastamento da cozinha para lá do seu círculo de influência é disso a melhor prova. Tudo o que temos vindo a dizer se torna ainda mais claro na descrição de uma habitação de outra natureza. Um autor do século XVI (Olivier de Serres, in *Théâtre d'agriculture*, cap. V «Dessin du bastiment champestre, tomo I, p. 21) descreve-nos o plano de uma *gentilhommeière* rural da seguinte maneira: «A vossa cozinha será posita no primeiro piso da casa, no plano junto à sala pela qual entrareis no vosso quarto; para que assim aqueles que estão na cozinha, pela proximidade da sala e do quarto, *esieiam controlados e possam ser reprimidos as preguiças, gritarias, blasfémias e furtos de servos e servas.*»  
(8) Cf. *Encyclopédie*, art. «garde-manger».  
(9) *id.*, art. «office».

(10) Cf. A. Schulz, *Das Häusliche Leben der Europäischen Völker*, Munique e Berlin, 1903, p. 60.

Acabamos de ver que os locais destinados aos serviços e alojamentos de pessoal estavam rigorosamente separados dos alojamentos privados e dos salões de recepção. A distribuição dos espaços reservados aos senhores põe também em evidência que a sociedade de corte tinha como base necessária a presença de uma multidão de servidores e criados domésticos. Com efeito, quem quisesse ir da entrada aos diversos apartamentos e salões de recepção, era obrigado a atravessar uma ou várias antecâmaras. Os quartos de dormir do dono e da dona da casa eram precedidos por antecâmaras, tal como o «quarto de dormir de aparato» e a «sala de companhia». A *antecâmara* simboliza, de algum modo, a «boa sociedade». Era na antecâmara que estavam permanentemente os lacaios, com ou sem libré, esperando as ordens dos seus aamos. Nada é mais característico da atitude destes últimos para com os seus criados que uma observação da *Enciclopédia* sobre a antecâmara: «Como a primeira antecâmara é quase sempre destinada aos lacaios, raramente dispõe de uma lareira. Nelas existem igualmente bra-seiras que se colocam diante da entrada para proteger todas as zonas do apartamento do ar frio que pode entrar quando se abrem as portas que dão para as câmaras dos senhores.»

Quando se lê um texto deste género, nunca se deve esquecer que a elite da nobreza, o «grande-mundo» do século XVIII, estava a milhares de milhas de pensar que todos os homens eram «iguais», fosse qual fosse o sentido desta palavra. A *Enciclopédia*, muito mais aberta a este tipo de ideias, especifica, no seu artigo sobre a «criadagem», que, tendo a escravatura sido abolida em França, «os criados não deviam ser considerados escravos mas sim homens livres».

Porém, esta mesma *Enciclopédia* ainda procura justificar a lei que punia com pena de morte todo aquele que cometesse roubo em casa de seu amo<sup>(11)</sup>. Invoca argumentos racionais para corroborar

(11) «O roubo doméstico é punido mais severamente que qualquer outro roubo porque contém um horrível abuso de confiança e porque os senhores são obrigados a entregar muitas coisas à sua guarda.» Voltaire, num livro publicado mais tarde, insurgiu-se violentamente contra o costume bárbaro de matar um homem por uma bagatela, por ter roubado qualquer coisa a seu amo (Voltaire, *Prix de la Justice et de l'Humanité*, 1777). Um incidente descrito pelo secretário de Voltaire, Longchamp, antigo criado de quarto de Madame de Chatelet, sua amiga, nas *Mémoires*, ilustra bem o desprezo com que eram tratados os criados domésticos, mesmo pelos amigos íntimos de Voltaire. Certa vez, a marquesa deixou o criado de quarto profundamente perturbado ao apresentar-se a seus olhos completamente nua, durante o banho. Isso não a impediu de o censurar em tom displicente por ser descuidado e não a salpicar convenientemente com a água quente. Brandes, que conta este episódio no seu livro sobre Voltaire, acrescenta o seguinte comentário: «Ela não sente nenhum pudor em aparecer nua ao criado de quarto: como mulher da alta sociedade, não vê nele verdadeiramente o homem...» Este incidente mostra uma característica importante do homem de corte. O facto de ter as suas ordens uma característica social cujos pensamentos lhe não interessavam absolutamente nada tinha como consequência que os membros da chamada senhorial tinham muito menos pudor nos seus gestos íntimos, quando se vestiam ou despiam para o banho e noutras ocasiões, que as pessoas menos rodeadas de criados. A nobreza não se obriga a mais recato perante os criados que o rei perante os nobres.

aquilo que, na perspectiva do «senhor», era, independentemente de qualquer motivo racional, a consequência da sua convicção na desigualdade dos estratos sociais, desigualdade tida por uma evidência. Note-se que esta convicção não implicava de modo nenhum que os criados fossem maltratados pelos senhores. Pelo contrário, a situação exprimi-se, por vezes, numa espécie de familiaridade. Mas o que transparece sempre nas relações entre senhores e criados é a distância que os separava, é o sentimento, profundamente enraizado na mentalidade dos senhores, de que todos esses homens e todas essas mulheres, cuja presença permanente na casa dava à vida dos cortesãos uma atmosfera muito especial, pertenciam a outra raça, ao «comum». A própria *Encyclopédie* utiliza este termo.

Assim, a disposição dos compartimentos que prevê para cada câmara uma ou mais antecâmaras é a expressão dessa *vizinhança especial acompanhada de uma grande distância social, desse contacto íntimo que vai de par com a separação rigorosa de duas camadas sociais*<sup>(12)</sup>.

Estas estranhas disposições voltam a encontrar-se, com modificações, a um nível diferente da hierarquia social, na casa do rei. Aqui, os grandes senhores e as grandes damas que, em suas casas, relegam o pessoal para as antecâmaras, fazem agora o papel de criados e criadas, esperando na antecâmara um sinal do seu senhor, o Rei.

Já vimos que em cada uma das alas de um *hôtel* particular existem, na continuação dos corpos situados em frente dos pátios de serviço, dois «apartamentos privados», um para o dono e outro para a dona da casa. Um fica à esquerda e o outro à direita do pátio de aparato. São praticamente idênticos. Os quartos de dormir ficam frente a frente. Todavia, estão separados um do outro por toda a largura do pátio. Os seus habitantes não podem comunicar pelas janelas porque estas dão para o jardim de repouso — para evitar o ruído dos coches que circulam no pátio, segundo nos informa a *Encyclopédie*<sup>(13)</sup>. Tanto o dono como a dona da casa dispõem, a par do quarto de dormir, de um gabinete onde, depois da *toilette*, podem receber as visitas, bem como uma antecâmara e um «guarda-roupa».

Não há melhor maneira de caracterizar a posição do homem e da mulher nesta sociedade que a de chamar a atenção do leitor para a

(12) Quando o quarto do senhor comportava uma segunda antecâmara, esta destinava-se aos homens «acima do comum» (*Cf. Encyclopédie*, art. «domestique») ou seja, «acima do pessoal». Não se deve entender que se tratasse de visitantes de posição igual ou ligeiramente inferior. Estas pessoas eram introduzidas — quando se tratava dos apartamentos privados do dono da casa — no quarto de cama ou — quando se tratava das salas de recepção — no salão imediatamente a seguir à antecâmara. Algumas cenas da vida de Madame d'Épinay (Thirion, *La vie privée des financiers*, 1895, p.306) descrevem-nos as pessoas que se reuniam na antecâmara ou, quando havia duas, nas antecâmaras, segundo a posição social de cada um, do quarto de dormir de um grande senhor.

(13) *Encyclopédie*, art. «appartement».

separação absoluta dos respectivos quartos e zonas privadas, sendo embora ambos organizados de uma forma em tudo idêntica. Estamos na presença de uma forma de vida conjugal e familiar a que as teorias sociológicas não deram ainda a devida atenção.

«Como se dá ela com o marido? — pergunta o novo criado à criada de quarto da senhora.

Por enquanto muito bem — respondeu ela. Ela é um tanto pedante, mas muito ambiciosa; ela tem muitos amigos; não frequentam os mesmos círculos, vêem-se muito raramente, mas têm uma vida em comum muito honesta.»<sup>(14)</sup>

Trata-se de um caso particular. Nem todos os homens deste meio são ambiciosos e pedantes, nem todas as mulheres têm muitos amigos. Mas estamos na presença de uma característica muito própria da estrutura desta sociedade. Ela evolui num campo tão vasto que o homem e a mulher podem frequentar círculos diferentes. É esta uma das razões — mas não a única! — pelas quais a margem de independência de uma pessoa casada é maior que a de uma pessoa vivendo num meio mais restrito.

Por outro lado, as conveniências, as exigências, as exigências de representação social acarretam um certo número de contactos entre os esposos. Este máximo de contactos exigido pela sociedade impõe limites à independência de qualquer deles. O exemplo seguinte mostra o domínio em que se situam as exigências que um senhor deve formular em relação a sua esposa. Entrando, já manhã avançada, na câmara desta e encontrando-a ainda deitada, manda-lhe pela criada de quarto — a mesma que vimos há pouco satisfazendo a curiosidade do novo criado — o seguinte recado: «Diga-lhe que durante oito dias devemos pôr luto pela Senhora de Sancerre e que deve ir visitar minha mãe que está doente. Eu vou para Versalhes. Estarei de volta amanhã ou depois.»

Os devedores para com a sociedade — dos quais faz parte a visita à sogra doente — ou, dito por outras palavras e em sentido mais amplo, a preocupação com o prestígio e «honra» da «casa», são as bases de uma comunidade desprovida de ligações pessoais onde, na ausência de afeição mútua, os esposos aproveitam largamente a margem de liberdade que a sociedade lhes concede<sup>(15)</sup>.

As relações publicamente sancionadas entre homem e mulher na sociedade burguesa têm a sua expressão na vida do «lar» e no conceito de «família». Na alta nobreza de antigo regime concretizam-se na noção de «casa». Não se fala apenas na «Casa de França» para caracterizar a unidade da dinastia real através de gerações; cada

(14) Duque de Lauzun, *Pariser Gespräche*, cit. por Blei, *Geist des Rokoko*, Munique, 1923.

(15) *Cf. Encyclopédie*, art. «mariage» (Direito Natural) em que o autor esclarece que a mulher accede pelo casamento à «liberdade».

grande senhor se refere à sua própria «casa». No antigo regime é costume aplicar a noção de «família» mais ou menos à alta burguesia, enquanto que a noção de «casa» é reservada ao rei e à aristocracia. A *Encyclopédie* refere expressamente esta diferença e desaprovava por razões compreensíveis<sup>(16)</sup>. Não se trata, como se vê, de uma «maneira de dizer», mas de um costume que traduz uma realidade, a saber, a diferença estrutural entre as relações legítimas entre sexos na alta nobreza e na alta burguesia acima de um certo nível<sup>(17)</sup>. Não é este o momento indicado para desenvolver este tema. Bastará recordar que o casamento aristocrático na sociedade de corte não pretendia ser a via de acesso àquilo que na sociedade burguesa se chama a «vida de família». Ao casar, o aristocrata de corte pretendia, em primeiro lugar, «fundar» e «manter» uma «casa», dando-lhe o prestígio e as relações de acordo com o seu «estado» e aumentar, na medida do possível, a influência dessa «casa» de que os dois esposos passavam a ser os representantes. É nesta perspectiva que temos de compreender as relações entre o senhor e a senhora. O controle social exercia-se, no essencial, sobre este aspecto das relações conjugais: os cônjuges representavam a sua «casa» perante os outros. Quanto ao resto, tinham inteira liberdade de se amar ou não, de serem fiéis ou infiéis um ao outro, de limitar os seus contactos ao mínimo compatível com os deveres de representação social. Como se vê, este controle não era muito repressivo. A planta da casa senhorial constitui portanto a solução óptima para o problema da habitação posto por este tipo de casamento — não seria correcto utilizar aqui a expressão burguesa «família».

Ao percorrer, nesta óptica, o espaço doméstico dos grandes senhores e das grandes senhoras do antigo regime, toma-se igualmente consciência da natureza da *vida de relações* em que estavam envolvidos. Assim, o carácter particular das suas relações com a criadagem fica em destaque através do isolamento dos locais agrupados em torno dos pátios de serviço e da existência de antecâmaras. A distância que separa os apartamentos privados permite avaliar a natureza das relações conjugais dos seus ocupantes. Finalmente, a disposição dos salões e das salas de recepção reflecte a sua inserção na «sociedade» do seu tempo. O facto de os «locais sociais» estarem situados na parte central do rés-do-chão, a zona mais representativa do edifício, e de ocuparem uma área bastante maior que a dos dois apartamentos privados juntos, atesta o papel primordial que a «sociedade» tem na vida destes homens e destas mulheres. Ela é o verdadeiro centro de gravidade das suas existências.

<sup>(16)</sup> Cf. *Encyclopédie*, art. «famille» e «maison».

<sup>(17)</sup> Assinala-se, no entanto, que as duas realidades se derramavam uma sobre a outra, a ponto de o tipo real do casamento aristocrático se não limitar estritamente à «Casa», tal como a noção de «família» se não aplica exclusivamente à família burguesa confinada num espaço reduzido e rica em contactos humanos.

O corpo do edifício central divide-se em duas partes distintas. Ao centro, englobando muitas vezes também o andar superior, fica o *salão nobre*, ornado de colunas coríntias: aqui bate o coração da vida social e mundana da nobreza de corte. O convidado, depois de sair do coche, sobe à porta de entrada, atravessa um grande vestíbulo rectangular e avança pelo salão circular. Num dos lados deste salão, com acesso também pelo vestíbulo, fica o «apartamento de sociedade» precedido de uma antecâmara e de um guarda-roupa. De seguida, encontram-se a «sala de companhia», um pequeno salão oval, uma sala de jantar com copa. Do outro lado do salão nobre estende-se o «apartamento de aparato», que inclui alguns pequenos salões e gabinetes, um salão, uma grande galeria que separa — ultrapassando em muito o comprimento da ala contigua do edifício — o jardim grande do pequeno jardim de repouso. O «apartamento de aparato» inclui ainda alguns quartos de cama de aparato, com as suas dependências.

A divisão bipartida dos locais de recepção social tem um significado social muito preciso. O «apartamento de sociedade» destina-se sem dúvida aos amigos mais íntimos do dono e sobretudo da dona da casa. É aí que recebem, em geral durante a tarde, as visitas que lhes vêm fazer companhia. E nestes compartimentos, cuja primeira função não é a representação social mas o conforto, que se fazem as recepções em que a etiqueta passa, mesmo que relativamente, para segundo plano, e é neles que se desenrola aquilo a que se chamou, ao falar do século XVIII, a «vida de salão».

Pelo contrário, o «apartamento de aparato» é o símbolo dessa posição pública algo estranha que é ocupada pelos aristocratas de antigo regime, mesmo quando não desempenham nenhum cargo público. É aí que recebem, geralmente ao fim da manhã, as visitas oficiais dos seus pares ou de pessoas de estatuto ainda mais elevado. É aí que tratam dos assuntos que os põem em contacto com os membros da sociedade de corte com quem mantêm relações estreitas. É aí que recebem, na qualidade de representantes da sua «casa», as pessoas que os procuram. O «quarto de cama de aparato», com a respectiva antecâmara e gabinetes anexos, recebe os hóspedes de alto gabarito que se querem honrar. É também aí que a dona da casa, instalada no seu «leito de aparato», recebe, na sua qualidade de representante da «casa», as visitas oficiais que a vêm saudar em certas ocasiões soles como, por exemplo, depois de um parto. Esta integração na vida social de certos aspectos da existência que hoje consideramos como fazendo parte da esfera da intimidade é muito característica das estruturas desta sociedade. É ela que nos dá a chave para a compreensão da divisão dos locais de vida social em «apartamentos de sociedade» e «apartamentos de aparato». O elevado estatuto de todas estas personagens sem profissão e as obrigações sociais que decorrem da sua posição conferem em certos casos à vida social, a uma visita,

uma gravidade e uma seriedade que a burguesia profissional reserva exclusivamente às visitas de negócios e às diligências profissionais e só muito raramente às visitas «privadas». A importância das visitas «profissionais» nos meios burgueses — incluindo evidentemente as visitas particulares cujo objectivo é indirectamente utilitário — decorre da sua incidência sobre as oportunidades de lucro e de promoção profissional, sobre a manutenção ou melhoria da posição social. A divisão das zonas sociais da sociedade senhorial num apartamento para as visitas relativamente íntimas e noutro para as visitas oficiais corresponde, até certo ponto, à divisão da habitação burguesa em zonas privadas e zonas profissionais. Esta diferenciação conduz-nos ao cerne de uma realidade que voltaremos a referir várias vezes. Se se aplica ao estilo de vida do homem de corte os critérios da burguesia, a vida de corte, no seu conjunto, deve ser classificada na categoria de «esfera privada». Mas se assim procedermos obteremos uma imagem distorcida. Como os aristocratas de corte não tinham uma vida «profissional» — no sentido actual do termo — a distinção entre vida profissional e vida privada é destituída de sentido. Porém, a necessidade de preservar a sua posição social, o desejo de ascender a um grau ou dignidade superiores, impunham ao cortesão deveres muito rigorosos, obrigavam-no a algumas diligências inevitáveis, perfeitamente comparáveis àquelas a que o homem de hoje não pode subtrair-se, se quer defender os seus interesses profissionais.

Assim, a vida social e mundana na corte e na sociedade de corte estava investida de uma dupla função. Por um lado, era o equivalente da nossa vida privada, assegurava aos homens e às mulheres com esse estatuto descanso, prazeres e divertimentos. Por outro, era o equivalente da nossa vida profissional, era o instrumento directo da autodefesa e da promoção dos homens de corte, o meio onde se decidia a sua ascensão ou a sua queda. Implicava necessariamente toda a espécie de obrigações, o cumprimento de tarefas sociais, consideradas como verdadeiros deveres. Consoante os casos, podia predominar um ou outro aspecto. Mas era incomparavelmente mais fácil eliminar o prazer que o dever. Este duplo aspecto tem a sua expressão espacial na divisão das zonas de vocação social. As reuniões nos «apartamentos de sociedade» acentuavam certamente o lado de prazer e divertimento; mas o outro elemento nunca estava ausente. Quanto às reuniões nos «apartamentos de aparato», punham em primeiro plano o carácter público da vida dos «grandes», as preocupações, interesses e aspirações da «casa» do senhor.

Nos últimos anos do antigo regime o duque de Croy dizia: «Fotaram as grandes casas que esmagaram a maior parte das grandes famílias.»<sup>(18)</sup>

É difícil compreender que as pessoas se arruinassem por e para suas Casas, se não se tiver em conta que na sociedade da aristocracia de corte a grandeza e a magnificência da Casa não era um sinal de riqueza mas um distintivo de classe. O aspecto exterior da grande casa de pedra é para o grande senhor e para toda a sociedade senhorial o símbolo da posição, da importância, da hierarquia da Casa através dos tempos, ou seja, da linhagem de que o chefe da casa é o representante vivo.

Um alto nível social obriga o seu detentor a ter um palácio e a garantir a sua boa aparência. Aquilo que na óptica de uma moral burguesa não passa de desperdício («se tem que contrair dívidas, porque não reduz o seu estilo de vida?») é, na realidade, a expressão de um *ethos* próprio da ordem dos senhores. Este *ethos* emana das próprias estruturas e da actividade da sociedade cortesã. Por outro lado, ele assegura o seu funcionamento. Não é a expressão de uma escolha deliberada.

Este fenómeno torna-se evidente quando consideramos as denominações dos vários tipos de casas. A casa do comerciante não é um *hôtel*. A palavra *hôtel* era reservada às residências da alta nobreza de corte. A designação deve ter perdido grande parte do seu prestígio durante o século XVIII, pois passou a indicar também as residências dos ricos arrematadores gerais de impostos (\*). Note-se todavia que a este respeito a *Encyclopédie* é formal: «As habitações têm diferentes nomes consoante o estado de quem as ocupa. Diz-se a «casa» de um burguês, o *hôtel* de um grande, o palácio de um príncipe ou de um rei. Dava-se também este nome às sedes dos tribunais superiores visto que, afinal, eram a extensão das dependências da casa real. Pouco a pouco, a palavra passou a designar também as residências do alto clero.

«Com esta excepção — afirma a *Encyclopédie* — nenhuma pessoa, seja de que estado for, tem o direito de inscrever a palavra palácio sobre o portal da sua residência.»<sup>(19)</sup>

Escusado será dizer que a estas várias designações segundo o estado do proprietário correspondem diferentes organizações especiais da habitação. Quando se analisam essas diferenças torna-se possível, abordando o problema sob determinado ângulo, ter uma ideia de conjunto das estruturas desta sociedade. Com efeito, a imensa maioria das habitações urbanas tinha o nome de «casa particular»<sup>(20)</sup>. A expressão é eloquente: classificando-se na categoria de «casa particular» percebe-se mal o seu carácter social. Nos nossos dias, o termo «particular» opõe-se — não sempre, mas quase sempre — ao termo

<sup>(18)</sup> Cf. *Encyclopédie*, art. «palais».

<sup>(19)</sup> Recolhemos esta expressão, bem como os documentos utilizados nesta exposição na *Encyclopédie*, *Rec. de Planches*, vol. II, «architecture».

<sup>(20)</sup> Em francês é *fermiers-généreaux*. (N. T.)



«profissional». Assim, a casa de um alto funcionário será «particular» desde que seja propriedade sua e que não a utilize para fins profissionais instalando nela, por exemplo, o seu escritório. No antigo regime, chamavam-se «casas particulares» a um imenso número de casas de pessoas com profissão, sobretudo se era nelas que a profissão se exercia. Dando-lhes esta designação era possível distingui-las das residências das camadas sociais cujo prestígio se não baseava numa profissão ou numa arte oficial, no sentido que hoje damos a estes termos, mas no lugar mais ou menos elevado que ocupavam na escala social, ou seja, em primeiro lugar, das residências dos aristocratas, do alto clero, dos magistrados, dos advogados e, mais tarde, dos grandes financeiros, ou seja, os arrematadores gerais de impostos.

Estas expressões, próprias desse tempo, põem em evidência que se sabia distinguir muito bem entre camadas profissionais e ordens privilegiadas. «Tornar-se padre ou oficial, escolher a toga ou a finança (21) — escreve um autor dos anos cinquenta (22) — chama-se tomar um estado. As outras funções dos cidadãos, ou seja, as mais úteis, contentam-se com a designação humilhante de *profissão* ou *mester*.»

Esta afirmação permite-nos compreender de imediato de que modo, a coberto da camada das ordens privilegiadas e de início desprezadas por elas, puderam nascer e depois afirmar-se as camadas profissionais. Os homens pertencendo a camadas privilegiadas e em especial os aristocratas de corte a quem cabia o lugar superior na escala, tendo à frente os príncipes e os «grandes», têm o sentimento de viver uma vida mais ou menos «pública» (23), uma vida consagrada à *society*, à «vida mundana». Constituem, no verdadeiro sentido do termo, o «público» do antigo regime. Todos aqueles que evoluem fora deste círculo levam uma vida «particular».

Na perspectiva da sociedade de corte, os homens que pertencem aos vários grupos profissionais são «marginais». A sua existência desenrola-se à «margem» da vida mundana, do «mundo» — a expressão é eloquente, — à margem do *grand monde*. São os «peque-

(21) O facto de os arrematadores gerais de impostos e sua comitiva terem sido considerados como fazendo parte das ordens privilegiadas só nos pode admirar se nos locarmos na perspectiva dos dias de hoje. Aqueles que ambicionavam um cargo nas finanças aspiravam, em primeiro lugar, a uma alta posição social, a um estatuto elevado, a um reforço de prestígio. Queriam para si e para os seus descendentes um título de nobreza e queriam manter um estilo de vida aristocrático, ou seja, visando prioritariamente o prestígio. Esta constatação é importante porque mostra que a posse de capitais ou, mais exactamente, de dinheiro não conduz necessariamente a uma mentalidade e a um estilo de vida «capitalistas». A questão de saber quais os objectivos que as famílias das classes médias em plena ascensão esperam atingir e efectivamente atingem pela aquisição de capitais depende essencialmente da estrutura geral da sociedade.

(22) Dangeul, *Remarques sur les avantages et les désavantages de la France*, 1754, p. 72.

(23) «Particular» opõe-se aqui a «público». Cf. *Encyclopédie*, art. «particulier».

nos». As suas habitações não têm o carácter público dos *hôtels* e dos palácios, as suas famílias nada têm de representativo. Trata-se de «casas particulares», tão insignificantes como os seus ocupantes.

As diferentes funções sociais correspondem as diferentes soluções arquitectónicas das habitações (24).

Os cortesãos desenvolveram, no quadro de uma certa tradição, uma sensibilidade apuradíssima para as atitudes, manifestações e actos que favoreciam ou prejudicavam o seu prestígio social. A atenção constante que se presta a tudo o que emana de uma determinada pessoa é, portanto, da sua Casa, para verificar se condiz com o seu estado, a sua posição na hierarquia social, o esforço de raciocínio que se faz para discernir o que serve ou não serve para aumentar o valimento social e o prestígio, correspondem perfeitamente ao aparelho de domínio curial-absolutista e à estrutura hierárquica da sociedade centrada sobre o rei e a corte. Esta atenção e este esforço consciente têm, na camada dominante, o carácter de instrumentos de auto-afirmação e de defesa contra a ascensão de elementos inferiores. Pela mesma razão, estas pessoas atribuem a alguns aspectos da existência, que hoje tendemos a considerar verdadeiras bagatelas ou meras formalidades, uma importância que escapa ao nosso entendimento. Só graças a um esforço de reflexão sociológica podemos redescobrir o pano de fundo das pressões sociais por detrás da atitude de respeito e até dos jogos de conquista dessas «bagatelas» e «formalidades».

As informações que a *Encyclopédie* nos fornece sobre o carácter das casas destinadas às diferentes ordens e grupos sociais são a este respeito muito reveladoras. Fixa em primeiro lugar os princípios que deverão presidir à construção das casas para as camadas inferiores, as camadas profissionais: «simetria», «solidez», «comodidade» e «economia». Que estes princípios exprimiam uma discriminação de estado e de classe é o que hoje se torna pouco evidente, pois as qualidades que se exigiam para as casas dos artesãos e dos pequenos comerciantes são as que uma vasta corrente de opinião dos nossos dias considera indispensáveis em todas as construções. O facto de este critério ser, na época, o das casas destinadas às camadas inferiores e, em especial, o relevo dado ao factor «economia» é tão expressivo do que foi a evolução da habitação como de que essa «economia», ou seja, a rentabilidade e o emprego parcimonioso dos materiais, não tinha qualquer relevância na arquitectura destinada às camadas superiores da corte, facto que é confirmado por muitas outras observações. Em nenhum momento este problema é referido quando é destas que se trata.

As camadas sociais inferiores não têm necessidade de se «representar», não têm deveres de classe. O aspecto das suas habitações é

(24) Cf. as plantas das diferentes casas que consultámos para efeitos de controlo, entre outros, em Jombert, *Architecture Moderne*, Paris, 1728.

determinado por estruturas que não estão obrigatoriamente ausentes nas outras mas que, nestas, desaparecem sob os dispositivos de representação e de prestígio. Valores utilitários como o conforto e a solidez são evidenciados claramente quando é de camadas profissionais que se trata. A preocupação económica é patente no aspecto exterior das habitações.

Estes fenómenos compreendem-se melhor se observarmos os atributos que o costume social concede à categoria de habitações imediatamente superiores. A escala seguinte na hierarquia é ocupada pelas «casas particulares», onde os burgueses ricos gostariam de residir: estas devem «ter um aspecto que não se confunde com a beleza dos *hôtels* nem tenha a simplicidade das casas vulgares (as do grupo anterior). As ordens arquitectónicas<sup>(25)</sup> não devem entrar na sua decoração, apesar da opulência de quem as mande construir».

A mentalidade que transparece destas regras é uma mentalidade hierárquica, inspirada nas ideias da camada superior do regime! As dimensões e a decoração da casa não dependem da riqueza do proprietário mas única e exclusivamente da posição social e da obrigação de se «representar» que dela decorre.

Quando se examina a planta deste tipo de casas<sup>(26)</sup> encontram-se *grasso modo* os mesmos elementos do *hôtel*. A habitação da aristocracia serve de modelo à alta burguesia. O que se altera, são as dimensões do conjunto. O pátio de entrada é pequeno, bem como os pátios de serviço; por consequência, os compartimentos destinados aos serviços domésticos agrupados em torno dos pátios são igualmente pequenos. Neste tipo de casas há só uma cozinha, uma despensa e uma oficina muito pequena. Os apartamentos dos esposos estão agora muito mais perto um do outro e esta proximidade é o símbolo e um dos esteios da intimidade relativa do casamento burguês, quando comparado com os vastos espaços em que se desenvolve a vida conjugal da aristocracia de corte. Em contrapartida, os salões e salas de recepção desaparecem quase completamente. Não existe «apartamento de aparato». O salão circular mantém-se, mas com dimensões mais modestas, e ocupa um só andar. De um dos lados existe um compartimento rectangular que serve de gabinete e de galeria; do outro, um toucador e, no terceiro, uma «sala de companhia». A ante-câmara que antecede o salão é ao mesmo tempo sala de jantar da família. Quando é usada para este fim, o pessoal espera no vestíbulo. Não estão previstas outras zonas sociais.

(25) O antigo regime conhecia cinco «ordens arquitectónicas»: jónica, dórica, coríntia, toscana e composta, que se aparentava com a ordem coríntia. O conteúdo expressivo destes estilos e a sua relação com as diferentes camadas sociais é explicado em pormenor (*Encyclopédie*, art. «ordres»).

(26) Estas plantas encontram-se in *Encyclopédie*, loc. cit., gravuras XXV e XXVI.

A diferença entre a estrutura da sociedade burguesa e a da sociedade aristocrática de corte que assim se revela ao nosso olhar é rica em ensinamentos. As mundanidades ocupam muito mais espaço e tempo na vida dos cortesãos que na da burguesia profissional. O homem de corte é obrigado a receber muito mais gente que o burguês e a sua residência está adaptada às suas necessidades. Quanto ao representante da burguesia profissional<sup>(27)</sup>, este recebe menos visitas particulares e não pode receber tantas como o aristocrata. Este consagra mais tempo à vida social. O seu tecido de relações directas tem malhas muito mais finas, os seus contactos sociais são mais frequentes, os seus *laços directos* com a sociedade são muito mais estreitos que os do burguês que exerce uma profissão e para quem os *contactos indirectos* por intermédio do dinheiro e da mercadoria têm prioridade.

Quais são afinal os atributos que a «alta sociedade» julga dignos dos *hôtels*, residências dos grandes senhores? A *Encyclopédie*<sup>(28)</sup> explica que o «carácter da sua decoração exige uma beleza adequada ao nascimento e posição das pessoas que os mandaram construir, embora não devam nunca apresentar a magnificência que se reserva aos palácios dos reis». Certas criações culturais que consideramos, de um ponto de vista estético, como variantes de um determinado estilo, eram sentidas pelos homens desse tempo como a expressão altamente diferenciada de algumas qualidades sociais. Cada um destes *hôtels* era construído por um determinado mestre-de-obras para uma Casa em especial. O arquitecto procura tornar visível, através da planta e da decoração, o estatuto social do proprietário. A residência de um príncipe, de um chefe do exército, de um cardeal, de um «primeiro magistrado» (ou seja, de um funcionário investido de alta autoridade jurisdicional), de um «ministro esclarecido» encarregado de funções de governo, deve — como nos explicam — distinguir-se pelo seu aspecto da de um simples marechal, dum bispo, dum alto funcionário, ou seja, dos homens da nobreza, do clero, da toga ou da burocracia que ocupam lugares inferiores na hierarquia. Todas estas pessoas que não têm lugares idênticos na sociedade devem ter residências cuja disposição manifeste a superioridade ou inferioridade das diferentes ordens do Estado.

A residência dos príncipes chama-se «palácio» ou, mais precisamente, «palácio de segunda classe», para se distinguir do «palácio real»; a dos outros chama-se *grand hôtel*. Mas em ambos os casos a decoração deverá ajustar-se à função social do proprietário: «Para a

(27) Escusado será dizer que não podemos ter em consideração as camadas intermédias como, por exemplo, os financeiros, e os homens de toga que, embora sendo de origem burguesa, tentam imitar a nobreza e mesmo rivalizar com ela. Para compreender com rigor estas «camadas intermédias» é preciso estudar primeiro a sociedade de corte, que é o modelo de todas.

(28) Cf. *Encyclopédie*, *Rec. de Planches*, vol. II, «Arch.», parte V.

residência do *militar* deve presidir um carácter marcial, criado por corpos rectilíneos, por planos mais ou menos iguais aos vãos e por um gosto arquitectónico inspirado na ordem dórica.

Para a residência do homem de Igreja deve escolher-se um estilo menos austero, que se mostre na disposição dos principais corpos do conjunto por zonas de repouso convenientes e por um estilo coerente que nunca seja desmentido pela frivolidade dos motivos ornamentais.

Enfim, para a residência do magistrado, procurar-se-á um carácter que se deverá manifestar pela disposição geral das formas e a distribuição das partes, únicos meios de transmitir sem equívoco e pela simples visão do edificio uma ideia de valor, compunção e urbanidade.

De resto, repetimos, é preciso nunca esquecer que estes diferentes géneros de composição deverão evitar a grandiosidade e a magnificência que são próprias dos palácios dos reis.

É impossível compreender com rigor a estrutura de uma sociedade se se não souber encará-la simultaneamente em duas perspectivas: a nossa — e falamos dela na *terceira* pessoa — e na *dela* — ouvindo os seus membros referirem-se-lhe na *primeira* pessoa.

O estudo da habitação dos homens de corte, do modo como encaram a ordenação das suas residências e da sua própria «imagem» dá-nos um exemplo de uma análise levada a cabo simultaneamente na terceira e na primeira pessoa (nós vemo-los... eles vêem-se). As regras sociais ou, para empregar a terminologia tradicional, «o lado objectivo da organização da habitação do homem de corte» servem-nos de ponto de partida. Podemos isolá-los, mas não os podemos dissociar dos aspectos «subjectivos» da maneira como os grupos envolvidos os sentem e são por eles motivados.

Nesta óptica, o exame da organização da casa e do espaço pela sociedade de corte permite uma primeira abordagem, ainda limitada, das suas estruturas. O método revela-nos tanto a *sua* perspectiva como a *nossa*: vê-se esta sociedade como uma formação de seres humanos de que falamos na terceira pessoa, mas vemos também como eles se viam a si próprios quando falavam de si na primeira pessoa.

Estamos na presença de uma sociedade de ordens hierarquizadas. Mas a sociedade absolutista distingue-se da sociedade medieval que lhe deu origem pelo facto de o predomínio do rei sobre todas as ordens se ter tornado uma evidência. A repartição relativamente instável do poder na sociedade de ordens medieval deu lugar a uma partilha mais estável. Ninguém tem dúvidas sobre o predomínio absoluto do rei sobre a nobreza, o alto clero e os altos funcionários. A sua expressão simbólica está patente no facto de ninguém, além do rei, poder ou se arriscar a construir para seu próprio uso uma casa igual ou superior à do rei em dimensões, luxo e requinte de decoração. Na ordem hierárquica, seguem-se os outros membros da Casa Real e os três pilares do Estado, a alta nobreza de espada, o alto clero, o cor-

po dos magistrados e administradores. Depois vêm, sempre segundo uma ordem rigorosamente hierárquica, as camadas médias e inferiores desses três estados. Um pouco à margem, surgem os financeiros, em regra burgueses que conseguiram acumular fortunas imensas. Os representantes mais ilustres deste grupo são os arrematadores gerais de impostos e outros financiadores dos empreendimentos do Estado.

O «terceiro estado» não é propriamente um estado mas um receptáculo de todas as espécies de agrupamentos profissionais cuja estrutura corresponde cada vez menos à ficção de um «estado» que a hierarquia se esforça por manter. A camada inferior desse «estado» é o «povo» — os camponeses, pequenos rendeiros, pequenos artifices, operários, lacaios e outros criados. Dele fazem parte também — recorde-se a divisão das «casas particulares» que de algum modo corresponde a esta divisão do «terceiro estado» — as camadas médias da burguesia constituídas por grupos muito diversificados, «negociantes, fabricantes, advogados, procuradores e médicos, actores, professores e curas, funcionários, empregados e caixeiros». Alguns grupos particularmente influentes do terceiro estado conseguiram elevar-se ao «nível da nobreza de espada»: é o caso dos altos magistrados e altos funcionários, os arrematadores gerais de impostos, os intelectuais burgueses. Estes três grupos mostram ao mesmo tempo as três vias de ascensão que se apresentam aos membros da burguesia que aspiram a elevar-se na escala social. De há muito que a alta magistratura reivindicava os mesmos direitos e o mesmo prestígio da nobreza de espada. Os arrematadores gerais de impostos tinham de contentar-se em ultrapassá-la apenas em aparato exterior. A *Enciclopédia* coloca a alta magistratura em pé de igualdade com a nobreza de sangue e o alto clero<sup>(2)</sup>. A partir da morte de Luis XIV, o poder dos tribunais superiores, muito em especial dos parlamentos, é quase igual ao da nobreza e do alto clero. Formavam no seio das estruturas absolutistas uma espécie de potência de oposição moderada. Lutam para que o seu estatuto seja reconhecido e acompanhado do poder e do prestígio a que aspiram. Mas nunca chegaram a conseguir verdadeiramente impor-se. Com excepção de algumas famílias nobilitadas no tempo de Luis XIV, continuam a pertencer, no plano jurídico e apesar dos privilégios de que gozam, à camada burguesa. Mais tarde, os seus representantes mais ilustres formarão uma espécie de «nobreza à parte», a «nobreza de toga», que, apesar do seu poder crescente, nunca perderá por completo o carácter de nobreza civil. No plano das relações mundanas, as casas da nobreza de toga nunca terão, pelo menos na capital, (e é Paris que estamos a analisar) o mesmo papel que as casas da nobreza de corte. É esta que constitui, por obrigação e por vocação, durante todo o antigo regime e até às vésperas da Revolução, o verdadeiro núcleo da «boa sociedade» de corte, do

(2) *Id.* art. «noblesse d'épée».

«mundo», da «boa companhia». A «boa companhia» é composta por um complexo conjunto de relações de que o grupo central, o mais respeitado, o mais importante, é a alta nobreza de corte. Um pouco à margem desta «boa companhia», evoluem os meios financeiros. Com excepção de alguns contactos esporádicos como, por exemplo, no salão do presidente Henault, a magistratura, viveiro de um jansenismo que nunca teve direito de cidadania na sociedade de corte, formava em Paris um meio à parte<sup>(26)</sup>.

Quando no século XVIII os outros burgueses, a começar pelos intelectuais, têm acesso à alta sociedade, são tratados mais como convidados que como residentes e este facto é significativo da estrutura desta *society*. De facto, é nos *hôtels* e não nas casas burguesas que se dão estes encontros, que os intelectuais satisfazem as suas necessidades de contactos, que adoptam os traços distintivos que constituem o elemento aglutinador desse «mundo» e o distinguem do que fica mais abaixo: o código de boas maneiras aceite por todos, a unidade da cultura e do espírito, a delicadeza e a universalidade do «bom-gosto». É através destas qualidades imediatamente visíveis e perceptíveis que os membros da «sociedade» se distinguem das massas. É na sociedade mundana que se forma esse sentido de prestígio e de representação que preside também à definição das residências.

A diferenciação dos aspectos exteriores da vida para vincar a diferenciação social, a representação da posição social pela forma, não são características apenas das habitações mas de todos os aspectos da organização da vida de corte. A sensibilidade do homem desta época pelas relações entre a posição social e a organização de todos os aspectos visíveis do seu campo de actividade, incluindo os próprios movimentos do corpo, é simultaneamente o produto e a expressão da sua posição social.

Aquilo que nos parece hoje «luxo» é na realidade, como já salientou Max Weber, uma necessidade, numa sociedade assim estruturada. Veblen definiu este luxo como *conspicuous consumption*, consumo ostentatório. Numa sociedade em que todas as atitudes de um indivíduo têm o valor de representação social, as despesas de prestígio e representação das camadas superiores são uma necessidade a que não é possível fugir. São um instrumento indispensável de auto-afirmação social, sobretudo quando a competição pelo acrescentamento de estado ou prestígio mantinham em permanente ansiedade os interessados, como era o caso da sociedade de corte.

Quando um duque se propõe mandar construir uma casa, esta tem de ser própria de um duque e não de um conde. Esta observação é válida para todos os elementos do seu estilo de vida. Não pode tolar que outro qualquer se rodeie de aparências mais «ducais» que

(26) Cf. documentação in Edm. e J. de Goncourt, *La femme au XVIII<sup>e</sup> siècle*, Paris, 1877 e V. du Bled, *La société française au X<sup>e</sup> siècle*, vol. V.

as suas! Deve garantir que nas relações sociais oficiais tem sempre precedência sobre qualquer conde. Se por acaso lhe cabe governar uma província, a sua função social e o seu poder territorial asseguram-lhe automaticamente essa precedência. Mas mesmo neste caso é importante — é mesmo indispensável — que a sua posição privilegiada se exprima nos seus contactos sociais. Mas na sociedade absolutista os títulos nobiliárquicos já não comportam funções de poder; estes últimos são, regra geral, atribuídos pelo rei. Se estão ligados a domínios, estes domínios já não permitem o exercício de um verdadeiro poder, são fontes de rendimentos de que o portador do título pode dispor. O poder pertence exclusivamente ao rei. Assim, o único meio de pôr em evidência uma posição social consiste em afirmá-la pela maneira de se apresentar em sociedade. Essa afirmação torna-se uma necessidade absoluta. Se o dinheiro falta, a posição social e, portanto, a existência social do seu titular ficam altamente comprometidas. Um duque que não tenha uma casa digna de um duque e que, por esse motivo, não possa cumprir as obrigações sociais de um duque deixa, por assim dizer, de ser duque.

É neste ponto que surgem as implicações específicas que permitem explicar a economia senhorial. Para assegurar a sua existência social, o comerciante deve equilibrar as suas despesas em função dos seus lucros. Em contrapartida, o grande senhor do antigo regime tem que adequar as suas despesas às exigências da sua posição, se quer salvar a sua existência social. A expressão *noblesse oblige* exprime a raiz de um ethos totalmente diferente do das classes burguesas profissionais, cuja orientação é basicamente económica. A antinomia da existência social desta nobreza de corte — antinomia tanto mais manifesta quanto a economia francesa vai obedecendo cada vez mais à racionalidade económica — reside no facto de as suas despesas lhe serem ditadas, independentemente dos seus recursos, pela sua posição e pelas obrigações de representação impostas pela sociedade.

Esta situação foi-se agravando porque a nobreza, no decurso do século XVIII, foi tendo que rivalizar cada vez mais com as camadas burguesas em ascensão, em particular com os financeiros. Não é sem motivo que estes são englobados em geral nas ordens privilegiadas e não nas camadas profissionais, que se diz que um homem que abraça a carreira financeira «toma estado». Os financeiros adoptaram, na prática, a mentalidade e o comportamento da sociedade de ordens. A sua posição social — que ainda não se baseia em nenhuma tradição — aspira, como todas as outras, a uma representação social apropriada. Os financeiros, tal como a magistratura, pertencem às camadas burguesas de estado e não profissionais. Note-se, todavia, que as mais altas funções da magistratura são, na maioria, pertença de famílias cuja ascensão e separação das camadas burguesas se iniciara durante o século XVII e que formavam uma ordem à parte, enquanto que as famílias dos financeiros, de que só temos notícia no

## O SISTEMA DAS DESPESAS

As implicações da existência social de uma classe ociosa não são menos imperativas e inelutáveis que as que conduzem à ruína uma classe laboriosa. É isto que o duque de Croy pretende dizer quando afirma: «As grandes casas esmagaram todas as grandes famílias.»

Invocar apenas as carências e os fracassos individuais de um grande número de pessoas para justificar a diferença de atitudes da aristocracia e da burguesia face ao problema das receitas e das despesas não é uma explicação convincente. Essa diferença não é de modo nenhum consequência de medidas arbitrárias ou de uma súbita quebra de perspicácia ou de controle dos interessados. Na verdade, estamos na presença de um sistema social de ordens e valores a cujas exigências ninguém pode fugir, sob pena de renunciar ao convívio com os seus semelhantes, de deixar de pertencer ao grupo enquanto tal. Tais normas não nascem de nenhum segredo oculto no coração de um grande número de indivíduos, explicam-se pelos agrupamentos específicos que estes formam e pelas relações que mantêm entre si.

De um lado, temos o *ethos* social da burguesia profissional. As suas normas obrigam cada família a equilibrar as despesas com as receitas e a manter, tanto quanto possível, o consumo abaixo do nível das receitas, a fim de que a diferença possa ser reinvestida por forma a aumentar as receitas futuras. Num sistema como este, a consolidação da posição familiar e, além disso, o êxito social, o acesso a um estatuto mais elevado e de maior consideração, dependem da estratégia a longo prazo em matéria de despesas e receitas e dos esforços do indivíduo no sentido de subordinar a satisfação dos seus desejos imediatos à necessidade de economizar para garantir rendimentos futuros (*saving-for-future-profit ethos*).

Estas regras de conduta da burguesia profissional são incompatíveis com a noção de *consumo de prestígio*. Nas sociedades em que predomina o *ethos* de consumo em função do estatuto social (*status-consumption ethos*), a única salvaguarda da posição social da família